

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal

Data

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Deputado vai propor gratuidade desde creche

BELO HORIZONTE — O presidente da Confederação dos Professores do Brasil, deputado federal Hermes Zanetti (PMD-B-RS) anunciou ontem que irá apresentar na Câmara Federal "um projeto revolucionário para o ensino nacional, estabelecendo educação gratuita para todos, desde a creche até a pós-graduação". *F/SP. 14/4/83*

Zanetti, que veio à Capital mineira participar da abertura, ontem, do 4.º Encontro Regional de Professores, explicou que "a gratuidade financiada mediante al-

teração na Constituição para que 12% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais sejam destinados à educação. Este será o primeiro estágio do projeto".

O segundo estágio, conforme disse, buscará recursos para financiamento do ensino, com a taxação sobre os lucros dos bancos e a remessa de lucros e a tributação sobre os ganhos de capital, partindo do pressuposto que atualmente os "que ganham menos são os que mais impostos pagam no País".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
BibliotecaJornal: *FOLHA DA TARDE*Data: *16/04/83*Pág. *-*

Pasta n.º

N.º do recorte.....

Capital terá mais 75 creches

F. TAVOL 16/4/83
Até junho próximo deverão entrar em funcionamento 75 creches já concluídas, mas que precisam de pequenas obras ou estão na dependência da contratação de pessoal. Com isso serão abertas cerca de 11 mil vagas para crianças de até seis anos de idade.

O prefeito Altino Lima determinou a abertura imediata destas unidades, ao lado de outras medidas que visam a atender às necessidades da população em termos de serviços públicos, e, também, para a criação de novos empregos. Calcula o prefeito que a entrada das creches em funcionamento proporcionará a criação de aproximadamente três mil empregos.

Ainda até junho novos empregos serão criados com a entrada em operação de seis clubes desportivos municipais, seis escolas de educação infantil, três escolas de 1.º Grau, quatro postos de assistência médica, um hospital e três postos do Corpo de Bombeiros. No período a Prefeitura pretende também concluir a canalização de oito

córregos e a abertura e pavimentação de dez vias arteriais.

Altino pretende rever a programação de obras em execução e já estabeleceu as normas para elaboração do Plano de Governo do Município, no período de 1983 a 1987. Decreto nesse sentido estabelece que o plano terá como diretrizes básicas as prioridades sociais e os princípios político-administrativos da participação popular na administração, da descentralização administrativa e da geração de emprego.

Até 31 de maio deverá estar concluída a versão inicial da estratégia do governo municipal. Segundo Altino Lima, ela objetiva a reformulação administrativa e funcional da Prefeitura; definição da política habitacional, para que sejam reduzidas as diversas formas de subabitação; a política de uso do solo e da terra, para maior controle do desenvolvimento da estrutura urbana; e a política de equipamentos e serviços públicos, visando a melhoria das condições de vida nas áreas mais carentes.

Entidade precisa de novos sócios e doações



O Lar S. Cosme e S. Damião atende a 53 crianças da região da Ponte Pequena

A "CAP" — Lar São Cosme e São Damião, entidade de utilidade pública que funciona na rua Guaporé, 403, Ponte Pequena, presta assistência a crianças carentes da região cujas mães comprovem a necessidade de trabalhar durante o dia.

A entidade foi fundada oficialmente em 19 de maio de 1970, mas há mais de 22 anos vem servindo à comunidade local, juntamente com a ação da igreja Santuário das Almas, da qual está hoje desvinculada.

Para que uma criança seja aceita no Lar São Cosme e São Damião deverá ter de dois a seis anos, fazer inscrição de espera e aguardar visita à sua residência para comprovação, ou não, da necessidade dos cuidados da creche. Aceita, a criança fica sob a orientação de seis psicólogas estagiárias, uma supervisora e três pajens, que, das 7h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, dão assistência às 53 crianças atualmente matriculadas, além do acompanhamento a cargo de dois médicos voluntários.

O programa educativo ministrado pelo Lar São Cosme e São Damião é adaptado à idade da criança e as atividades envolvem coordenação motora, canto, histórias, além de noções básicas de alfabetização. O aprendizado tem complementação através de atividades externas, como visitas ao Jardim Zoológico, "Play center" e outros, realizados com a ajuda de voluntários e ônibus especiais. Durante o tempo em que a criança permanece na creche ela recebe almoço e duas merendas, complementadas por vitaminas, e, também, noções de higiene e limpeza.

NOVA SEDE

Para realizar esse trabalho benemérito a entidade recebe uma pequena verba trimestral do Conselho Estadual de Auxílio e Subvenções — CEAS, contribuições mensais de sócios, além da renda de um bazar que funciona todo o mês e oferece artigos

doados pela comunidade. "Porém, é uma entidade deficitária", informa Prisco Silvio Palumbo, que há mais de dez anos está na presidência da creche. Segundo ele, há uma necessidade enorme de novos sócios e de doações, especialmente agora que está em construção a nova sede do Lar, que funcionará no mesmo quarteirão, em terreno doado pelo Metrô. Quanto pronta, poderá abrigar 100 crianças, aumentando assim a ajuda a famílias residentes no bairro da Ponte Pequena. A creche funciona numa casa alugada que oferece poucas opções às crianças e não tem área para recreação.

Quem quiser contribuir com quantias em dinheiro, material de construção e doações em geral deve dirigir-se à rua Guaporé, 403, ou telefonar para 228-7469. Caso preferam, as contribuições podem ser depositadas em qualquer agência do Banco Itaú, conta n.º 26.210-4.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha da Manhã*
Data: *21/04/83*
Pág.

Pasta n.º
N.º do recorte.....

As empresas do Rio
FISP 21/4/83
vão adotar creches

Na próxima quarta-feira será assinado um protocolo de intenções entre a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), através do qual a Associação manifesta seu apoio à campanha de expansão da rede de creches do País.

Através do acordo, a ACRJ vai dirigir a todos os seus associados um apelo para que as empresas adotem financeiramente creches indicadas pela LBA, doando o valor de 1 ORTN/mês por criança e a importância será deduzida do Imposto de Renda.



A filosofia do programa: ajudar os menores a se ajudarem. Com Cr\$ 221 milhões

Arquivo

Unicef e Funabem têm plano para 100 mil meninos de rua

Da sucursal de
BRASILIA

O Fundo das Nações Unidas para a Infância — Unicef — e a Funabem pretendem incorporar ainda este ano cerca de cem mil menores abandonados ao projeto "Alternativas de atendimento para meninos de rua", cuja inovação pioneira no Brasil é abolir todo tipo de segregação infantil, passando a oferecer alternativas de defesa e emancipação a essas crianças para que sobrevivam nas próprias ruas.

Um convênio no valor de 500 mil dólares (Cr\$ 221,3 milhões) foi firmado entre o Unicef, a Funabem e a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social — responsáveis diretos pela coordenação interna do programa, cujos recursos, provenientes na grande maioria do Fundo das Nações Unidas, deverão ser empregados até o final de 1984.

Baseado na filosofia ainda experimental de que, no caso, a melhor solução é "ajudar os menores abandonados a se ajudarem", o programa pretende amparar preventivamente — com alternativas viáveis de atendimento, trabalho, educação, saúde e conscientização cívica e moral — as crianças e jovens que, num estado parcial ou total de abandono da família e da comunidade, lutam pela sobrevivência nas ruas.

Inicialmente o projeto abrigará apenas cem mil dos dez milhões de menores que no Brasil se encontram em estado de abandono, sobrevivendo por conta própria. O projeto baseia-se nas experiências que vem sendo desenvolvidas em diversas regiões do País, cujos resultados foram considerados "altamente satisfatórios" pela Secretaria de Assistência Social da Previdência. Pelo menos em cinco municípios, o projeto está obtendo sucesso: Belém (PA), Betina (MG), São José dos Campos (SP),

Ipameri (GO) e Belo Horizonte (MG).

O representante do Unicef junto ao Ministério da Previdência Social e um dos idealizadores do projeto, o economista norte-americano William Myers, admite que o município goiano de Ipameri por exemplo resolveu praticamente o problema dos seus 800 menores de rua, empregando-os, com todas as garantias trabalhistas, numa cerâmica construída especialmente com este finalidade.

O exemplo foi citado por Myers apenas para demonstrar a importância das comunidades na resolução do grave problema dos menores abandonados. Ele destacou também o trabalho que vem sendo realizado, com o mesmo objetivo, pela Prefeitura de São José dos Campos, onde a limpeza das ruas é feita por essas crianças.

A justificativa dos autores do projeto para condenar radicalmente a segregação infantil, e pedir aos órgãos interessados sugestões alternativas de amparo a essa população marginalizada, é que este tradicional método tornou-se insuficiente e ineficaz. Não só pelo alto custo de sua manutenção, como, e principalmente, pelo fato de privar a criança do acesso à habilidade e atitudes essenciais ao seu retorno à sociedade, além de tirar-lhes o sentido de identidade, indispensável na opinião dos especialistas, à integração efetiva da personalidade infantil.

O objetivo do projeto, no entanto, é bastante abrangente. Ele não visa apenas a oferecer condições materiais de sobrevivência aos menores abandonados fora de instituições, mas também protegê-los física e moralmente, dando-lhes alimentação, saúde, educação, lazer. Todos os menores beneficiados pelo programa estão obrigatoriamente matriculados e frequentam escolas públicas, segundo assegurou Myers, ressaltando que a principal função do projeto, ainda experimental, é preparar as crianças abandonadas para o dia de amanhã.

Juízes debatem a situação do menor

TAUBATÉ — “A colocação do menor em lar substituto” é o tema da conferência de abertura do 1.º Congresso Paulista de Juízes de Menores, que começa hoje, às 9 horas, em Taubaté, e termina no meio-dia de amanhã, no Salão de Convenções do Gávea Hotel. O jurista Alípio Cavalleri será o conferencista e está prevista a presença de 250 juízes de Menores do Estado, nesta promoção da Associação Paulista de Magistrados e as 17 Comarcas do Vale do Paraíba.

Uma das teses a ser apresentadas dá total apoio aos pais adotivos quando os de sangue, por qualquer motivo, requerem os filhos de volta. Em documento assinado pelos juízes de Menores do Vale do Paraíba é defendida a tese de que “é imprescindível firmar uma orientação uniforme que assegure aos pais adotivos, ou novos responsáveis, a certeza de que só poderão perder os direitos relativos ao menor colocado se esse se encontrar outra vez em situação irregular ou inadequada ao novo lar”.

As 9 horas os congressistas serão recebidos pelos organizadores do encontro e a primeira conferência está marcada para as 13h30. Logo após os juizes visitarão as instituições que abrigam menores abandonados em Taubaté. Amanhã, os debates em torno da situação do menor no Estado irão até as 12 horas. Um documento oficial deverá ser divulgado após o congresso.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Estado de São Paulo*Data: *29/04/82*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Mato e esgoto cercam a creche da Vila Cisper

O mato cerca o prédio ainda não inaugurado da creche municipal de Vila Cisper, na região de São Miguel, queixam-se os moradores vizinhos. Segundo eles, a Regional da Penha precisa limpar o local, acabar com uma valeta de esgoto em frente ao estabelecimento e remover a terra depositada no meio da rua por dois caminhões basculantes. A creche, que está pronta para funcionar, fica entre a avenida Olavo Egídio de Sousa Aranha (altura do número 1.459) e as ruas Acapuzal e Aiguara.

Segundo dona Olerina Francisca Claro, se a nova administração da Penha resolver esses problemas, "dando maior condições de higiene e ao local", a creche poderá ser aberta rapidamente às crianças. Dona Olerina afirma que por quatro vezes comissões de moradores estiveram com os antigos administradores da Penha reivindicando uma solução para os problemas, mas sem sucesso.

Sem recursos, Funabem quase nada pode fazer

EST SP 27/4/83 p.11

Da sucursal do
RIO

A Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) Therezinha Saraiva ao abrir o 1 Encontro Nacional das Instituições que executam a política nacional da entidade denunciou ontem, no Rio, a escassez de recursos financeiros que esses órgãos recebem e alertou que todos são, na realidade, entidades educadoras e que não devem exercer funções de polícia.

"Não podemos — se é que desejamos realmente resolver o problema de milhões de jovens brasileiros — nos apoiar, apenas, nos recursos orçamentários que nos são destinados", disse Therezinha Saraiva, lembrando que, com os recursos que a Funabem repassa às unidades federais (este ano serão Cr\$ 12 bilhões, menos do que São Paulo destina à Febem-SP) serão atendidos apenas cerca de 600 mil menores. "A Funabem, quarta prioridade do Ministério da Previdência recebe apenas 0,45% do orçamento do Suppas, enquanto os governos estaduais não chegam a destinar 2% de seu orçamento para o atendimento ao menor carente."

Segundo a presidente da Funabem, o atendimento as necessidades básicas de saúde e de nutrição é responsabilidade dos órgãos de Saúde mas, no entanto, o subnutrido e o doente "acabam por fazer parte do nosso universo. É necessário que a família se ajuste e se responsabilize pelo filho que não pediu para nascer e que a sociedade, como um todo,

entenda que não pode, indiferente ao presente, prejudicar seu próprio futuro que os governos devem se aperceber de que a justiça social precisa atender primeiro os menores, que são metade da população brasileira".

Segundo Therezinha Saraiva, "a Funabem e as entidades governamentais responsáveis pelo bem-estar do menor precisam dizer claramente aos governos e à sociedade que não aceitam o tratamento de blitz de recolhimento de menores — porque o menor desassistido não é um caso de polícia. "Precisamos dizer que de nada adiantará recolher das ruas os menores desassistidos se não tivermos condições de acolhê-los, através de programas definidos para seu correto atendimento."

A retirada policial dos menores nas ruas — disse — pode agravar "os olhos dos que acham bom melhorar o seu visual, mas agravam o problema de quem não recebeu qualquer ajuda para se livrar do descumprimento. Precisamos dizer a todos que não aceitamos sejam nossas casas transformadas em depósitos inchados além de sua capacidade, dificultando nosso trabalho, apenas para que alguns cidadãos se livrem do espetáculo degradante da pobreza, da marginalização e da delinquência".

A presidente da Funabem disse ainda que é indispensável a participação da comunidade no problema do menor e que a família precisa "ser responsabilizada e compelida a assumir ou a reassumir seu dever preceptivo de prover as necessidades básicas de seu filho."



Arquivo

Funabem quer mais verba

Menor, tema em São Paulo

O III Encontro Nacional dos Direitos do Menor começa amanhã no auditório do Senac, na rua Dr. Vila Nova, e durante quatro dias vai reunir especialistas nas áreas de educação, saúde, trabalho, segurança social, planejamento familiar, código de menores e entidades institucionais que discutirão a problemática do menor nestes setores e a necessidade de "conscientizar a comunidade em geral para a criação de um processo de alternativa que transforme a situação existente". Além desses objetivos, os organizadores — Movimento de Defesa do Menor e Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo — pretendem que as conclusões de cada debate sejam assumidas pelos secretários estaduais que estão sendo convidados para presidir cada um deles, "a fim de que as discussões não fiquem no campo meramente acadêmico", segundo Celso Petroll, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

A abertura do Encontro será às 10 horas, com a participação de Márcio Thomaz Bastos, presidente da OAB-SP e do presidente de Honra do evento, o educador Paulo Freire. À tarde haverá um painel sobre "Institucionalização" que discutirá o papel das entidades públicas destinadas ao menor. Segundo Lia Junqueira, presidente do Movimento de Defesa do Menor, essas instituições não fazem hoje um trabalho voltado para o bem-estar do menor e cita o exemplo da Febem que, segundo ela, é um órgão "voltado para o atendimento de interesses políticos".

No dia 29 haverá dois painéis: "Educação" — com a participação, entre outros, de Dalmo Dallari, Eclea Gazelli, Ireda Cardoso e José de Castro Bigli, além do secretário Paulo de Tarso — e "Trabalho e Profissionalização", para o qual foi convidado o secretário do Trabalho Almir Pazzianoto, além de debatedores. "Planejamento Familiar" e "Saúde" serão dois temas discutidos no dia 30, quando também serão apresentados trabalhos práticos em filme. No último dia até às 14 horas se debaterá "Segurança Social" e "Código de Menores" e, às 17 horas, haverá a assembleia geral de encerramento.

Segundo Lia Junqueira, embora haja apenas 570 vagas, 100 das quais estão reservadas à participação do Interior, haverá garantia para a presença dos menores e famílias interessados, com a dispensa de pagamentos de taxas.

No final do Encontro será anunciada a criação da subcomissão de Direitos do Menor, integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Esta história começa assim: "Doutor, o padre me bateu!"

J. Tardes 3/5/83

— Doutor, o padre me bateu!

Eram 9h30 da manhã de ontem quando o delegado Gildo Datri, do 1º Distrito Policial, teve de atender essa ocorrência absolutamente inédita em sua delegacia: a diretora da creche da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, dona Rosa Tuocci Magalhães Prado, viúva de 56 anos, acompanhada de várias voluntárias sociais, queixava-se de agressão pelo padre José Sebastião Saba e, chorando, mostrava o dente abalado com o tapa que ele lhe desferiu.

Segundo dona Rosa, a agressão se deu porque o padre, "autoritário, mercenário o fascista", quer transformar o espaço da igreja, ora ocupado por uma creche que abriga 100 crianças de zero a seis anos de idade, em pensionato para rapazes e moças. O padre José nega tudo. Diz que não tocou "um dedo sequer" em dona Rosa e ainda acusa: "Foi ela quem quis bater no sacristão". Dona Rosa foi encaminhada do Instituto Médico Legal para fazer exame de corpo de delito e em 10 ou 15 dias, quando chegarem os resultados, o padre, indiciado por lesões corporais dolosas, será chamado para depor.

A Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, na rua Tabatinguera, foi fundada pelas famílias do bairro há

172 anos. Ha quatro anos, o padre Joseph Pepino Novacchi, "uma criatura maravilhosa que sabia enxergar os problemas da Baixada do Glicério", no entender de dona Rosa, decidiu fundar uma creche para crianças carentes, filhas de mães solteiras, separadas, empregadas domésticas, trabalhadoras. Com a morte do padre Pepino, há dois anos, o padre José, que foi sacristão do Exército Italiano na II Guerra Mundial, foi convidado para celebrar missas na igreja.

Em fevereiro último, o Condephaat liberou uma verba de Cr\$ 3 milhões há muito solicitada para

reformatar o teto da igreja e as crianças tiveram de ser provisoriamente removidas para um sobrado na rua Agassiz, ali perto. A casa, pequena para as 100 crianças, foi alugada por um mês e meio, tempo que durariam as obras. Sexta-feira a reforma acabou e ontem, às 7h30, dona Rosa chegou com as voluntárias para fazer a limpeza do amplo salão, pátio e áreas de serviço onde funciona a creche. Mas para seu espanto o padre José tinha mandado trocar todas as fechaduras das portas. Elas entraram "assim mesmo". Por volta das 9 horas o padre "já chegou agredindo" e, conforme

dona Rosa, travaram o seguinte diálogo:

— Vá embora, sua vagabunda. Não quero mais creche aqui.

— Que é isso, padre? A creche tem de voltar. Onde vou colocar todas essas crianças? E como suas mães vão se arranjar?

Foi então, segundo ela, que o padre deu-lhe o tapa e a colocou para fora. As crianças, assustadas, começaram a chorar. Os vizinhos, ouvindo os gritos, chamaram a polícia, que enviou a rádio-patrulha 0726. Dona Rosa ainda tentou ligar para a Arquidiocese mas o sacristão arrancou os fios do telefone.

A Associação das Esposas dos Comerciantes, uma entidade filantrópica, contribui mensalmente com Cr\$ 70 mil para a creche do padre Pepino. Além disso, as voluntárias promovem bazares, chás e recolhem donativos. Dona Rosa garante que 50% das crianças são assistidas gratuitamente e que a Irmandade da Boa Morte recebe pelas demais o que suas mães podem pagar: Cr\$ 5 mil, Cr\$ 6 mil, até Cr\$ 1 mil mensais. Entretanto, dona Maria Arcangelo, mãe de um garoto de quatro meses, contou que a matrícula do filho na creche lhe custou Cr\$ 6 mil e a mensalidade é

Cr\$ 12 mil. Apesar disso, Maria, que mora em Diadema, está muito satisfeita. "Não sei como poderia trabalhar se as tias não olhassem meu menino."

A creche funciona de segunda a sábado, das 6 às 19h30 e tem desde um bebê de dois meses, Paula — cuja mãe reside em Ferraz de Vasconcelos e a traz diariamente — até crianças de seis anos. Todas recebem cuidados, alimentação e assistência médica. "Caridade é isso que a gente faz: entrar 6 horas da manhã e sair 7 da noite cuidando dos filhos dos outros" — disse Maria Lúcia Rodrigues, funcionária da creche há um ano. "Tanta criança precisando de creche e esse padre querendo fechar esta só porque não tem finalidade lucrativa."

Para o delegado Gildo Datri, o padre foi muito infeliz. "Querer colocar um pensionato no lugar de uma creche é um contra-senso. Ele parece um padre ao inverso: fecha creche quando deveria abrir; bate em mulher em vez de dar conselho. Eu acho que esse padre está meio xaropinho!" O delegado não acredita que o processo vá adiante pois "as senhoras beneméritas certamente não vão querer". Contudo, dona Rosa afirma que não retirará a queixa. "O padre quebrou meu dente e vai me pagar".

Rosa Bastos

A creche, ameaçada pelo padre

Por não concordar com o funcionamento de uma creche para crianças carentes no prédio da igreja da Nossa Senhora da Boa Morte, na rua do Carmo, o padre José Sebastião Saba deu um tapa no rosto da diretora da entidade, Rosa Tucci Magalhães Prado, de 56 anos. A agressão foi praticada depois de o padre ter ordenado a troca das fechaduras da igreja para impedir a entrada dos funcionários e das crianças — são cerca de cem menores carentes assistidos pela Irmandade de Nossa Senhora.

Funcionando há quatro anos, a creche foi temporariamente transferida para uma casa nas proximidades da igreja, que estava tendo o telhado restaurado pelo Condephaat. Ontem, com o término das obras, as crianças seriam reconduzidas ao local usual de funcionamento, mas só conseguiram entrar no prédio porque o padre Saba se esqueceu de mandar trocar a fechadura de uma das portas laterais. Mas, ao saber que a creche voltara a funcionar, o padre foi à igreja, iniciou uma discussão com a viúva e acabou agredindo-a. Ela apresentou queixa ao 1º DP e o delegado Gildo Capri abriu inquérito.

O padre José Sebastião Saba negou a agressão e acusou a diretora de "ter invadido a igreja e de manter a creche funcionando clandestinamente". O prédio é de propriedade da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, fundada em 1728, cuja diretoria, segundo o padre, não concordava com a existência da creche. "Por isso as fechaduras foram trocadas", disse. Essa informação foi, no entanto, desmentida por uma das diretoras da Irmandade, Remilda Ferreira Martins, que até testemunhou contra o padre na queixa apresentada no 1º DP.

"A creche — afirmou Remilda Martins — é apoiada pela Irmandade, cujos membros a sustentam com donativos. As crianças assistidas são de famílias carentes e apenas umas poucas de famílias que dispõem de mais recursos, pagam alguma coisa"

Remilda Martins estava na igreja no momento do incidente e viu a agressão sofrida por Rosa Prado. A diretora da Irmandade contou que, desde que o padre foi convidado a rezar missa na Boa Morte, há dois anos, se vem opondo ao funcionamento da creche: "Várias vezes ele afirmou que deveria ser organizado um pensionato para moças e rapazes na igreja, pois isto seria muito mais lucrativo".

O padre ainda foi acusado de ter desviado doações endereçadas à creche para os menores carentes. Ele teria reservado parte dos donativos para a igreja do Carmo: "Isso aconteceu, por exemplo, quando as Irmãs Carmelitas nos doaram dinheiro, roupas e alimentos por intermédio do padre Saba e nada disso chegou até a Irmandade". Além da contribuição dos membros dessa instituição, a creche recebe mantimentos do Sesc, leite da LBA e recursos arrecadados em chás e bazares beneficentes.

O padre José Sebastião Saba serviu como capelão militar no Exército italiano durante a Segunda Guerra Mundial. Entre outros argumentos contrários ao funcionamento da creche, o padre afirmou que os cômodos da igreja da Boa Morte não são amplos o suficiente para abrigar as crianças, "que vivem amontoadas, correndo o perigo de contrair doenças". As senhoras da Irmandade, que trabalham voluntariamente, pretendem ampliar a capacidade da creche para 200 crianças, de até seis anos de idade, instalando-as nos salões da própria igreja, que se encontram atualmente vazios. "A cada dia cresce o número de mães que vêm pedir vagas para seus filhos e por isso queremos usar todo o espaço disponível", disse a diretora da creche.

As defensoras da continuidade dessa assistência a menores carentes garantem que têm o apoio da Cúria Metropolitana para a existência da creche, o que foi confirmado por funcionários da Arquidiocese.

Diretores de creche temem perder cargos

Est. SP 6/5/83

Quase cem diretores de creches municipais foram ontem à Secretaria da Família e Bem-Estar Social para pedir que seja analisada toda a política do menor desenvolvida pela Prefeitura e não apenas o desempenho desses diretores. Eles mesmos lembraram que ocupam cargos em comissão e que podem ser dispensados a qualquer momento.

A reunião estava marcada com a secretária Marta Godinho, mas os diretores foram atendidos pelo chefe de gabinete, Décio Moreira, sob a alegação de que ela fora chamada ao Palácio para uma reunião com o governador. Moreira confirmou que está para ser feita uma avaliação do desempenho desses diretores, para saber se eles têm condições de exercer o cargo para o qual foram nomeados. No entanto, negou que as nomeações serão examinadas no aspecto político, segundo os rumores que levaram os diretores de 146 creches a manter reuniões, já há alguns dias, para discutir o problema.

Representados em comissão, porque não cabiam todos na sala do chefe de gabinete, os diretores explicaram a Décio Moreira que não aceitavam passar por uma prova de seleção interna. Mas, se fosse necessário, preferiam a realização de um concurso público, com o que ele concordou. Ressalvaram que não se negam a ser avaliados em termos de desempenho, desde que isso seja feito pelos supervisores regionais, que conhecem os problemas de cada área. Outra proposta aceita por Moreira foi a participação dos diretores na preparação dos critérios de avaliação, que teriam caráter geral.

Ao pedir uma análise de todo o programa do menor desenvolvido pela Secretaria, a comissão solicitou também que seja avaliada a atuação dos funcionários que o executam em todos os níveis, cuja maioria não está em cargos em comissão como os diretores. Sugeriram ainda que o trabalho de preparação dos padrões de avaliação possa ser entregue até o dia 24.

MAIS NOMEAÇÕES

Mais dois parentes da secretária da Família e Bem-Estar Social, Marta Godinho, estão ocupando cargos na Prefeitura e agora nessa Secretaria. No dia 24 de março, Lucy Joanna de Freitas Godinho, que já é funcionária, foi nomeada supervisora de contabilidade e materiais, referência DA-11. No dia 5 de abril, o nomeado foi Walter José Godinho Meireles, para o cargo de assistente técnico, também referência DA-11. Causa estranheza entre os funcionários municipais o fato de que no dia 6 de abril ambos foram designados para integrar duas das quatro comissões de licitações da Secretaria da Família e Bem-Estar Social, onde também receberão gratificações pelo trabalho.

Antes já fora nomeada como pesquisadora de documentos, junto à Divisão de Pesquisa do Centro Cultural de São Paulo, uma sobrinha da secretária, Maria Aparecida de Freitas Godinho. A referência DA-11 tem como salário inicial Cr\$ 172.713,00 e final, Cr\$ 246.108,00, além de vantagens do cargo.

Mães se mobilizam e fazem creche do Iperj funcionar

J. Brasil 7/15/83

Tereza Cristina Levy

Bruna Bezerra, de 3 anos, acordou ontem mais tarde que de costume. Sua mãe, que trabalha fora, não teve que arrumá-la às pressas para deixá-la na casa de uma vizinha, nem houve choro, como de costume, na hora da despedida. Com a inauguração da creche do IPERJ começou uma vida nova para dezenas de mães e filhos. Feliz, com seu guarda-pó amarelo, a pequena Bruna festejava, o primeiro dia na escolinha da creche, comendo com gosto o seu iogurte de morango.

Instalada em três salas do segundo andar do prédio do IPERJ (Av. Presidente Vargas 670) a creche foi feita em regime de mutirão. Algumas mães doaram a mobília (mesinhas, cadeiras e móveis amarelos), outras os almofadões coloridos, os brinquedos e os berços. Para Yeda Cavalcante, que planejou e tornou real a idéia, ontem foi um dia de vitória que servirá de exemplo para a criação de outros centros infantis, como o do IPERJ.

— Era ele chorando de um lado e eu do outro, todos os dias a mesma coisa. Eu arrumava bem cedo e morria de pena de deixá-lo na casa da vizinha, mas precisava trabalhar — essa rotina, que preencheu durante um ano as manhãs de Maria da Penha Joaquim da Fonseca, de 40 anos, acabou ontem, com a inauguração da creche do IPERJ. Estreando um dos três berços seu único filho Kléber, de um ano e quatro meses, dormiu quase duas horas, como há muito tempo não fazia.

— É uma tranquilidade. Todas as mães deveriam ter o direito a um lugar seguro aonde deixar seus filhos para ir trabalhar. Sou recém-divorciada e tive meu filho sozinho, sei de perto o drama de milhares de brasileiras que vão para o emprego com o coração na mão — disse Maria da Penha.

A creche do IPERJ tem três salas; para recreação, repouso e alimentação das crianças. Parte da

decoração, a pintura das paredes com desenhos de Walt Disney, foi feita gratuitamente pela artista plástica Shirley Indig, que conseguiu transformar as pequenas salas em um lugar alegre e colorido, com Mickeys, Pato Donalds, Belas Adormecidas e outras figuras conhecidas.

O Centro Infantil receberá inicialmente 30 crianças, de idade entre um e seis anos, mas poderá aumentar seu número de vagas mais tarde. Funcionando de 7 da manhã até as 18h30min, diariamente, ela conta com uma equipe de 12 assistentes-sociais, oito psicólogos, dois nutricionistas, três funcionários administrativos e três servidores.

Sem a presença de D Neusa Brizola, o Centro Infantil foi inaugurado de manhã pelo presidente do IPERJ, Jonas Bahiense, numa festa de muitas flores e iogurtes de morango.

A falta de um esquema para a alimentação das crianças, nestes primeiras semanas de funcionamento, foi resolvida com a doação da Cobrasa (Companhia Brasileira de Alimentos) que ofereceu seus serviços à empresa. Muitas mães se ofereceram para fazer a comida, em regime de rodízio, o que pareceu razoável ao presidente do Iperj.

— A creche foi feita sem precisarmos gastar um tostão. O Iperj, assim como o Estado, está numa situação difícil e acho que os preços da Cobrasa (Cr\$ 1 mil 200 por criança — dois lanches e uma refeição) são muito altos. Por enquanto as próprias mães estão trazendo a comida dos filhos.

Para a agente de segurança Vanda Maria Lopes, mãe do pequeno Frederico, de dois anos e meio, o revesamento das mães na cozinha das creches seria ótimo e traria mais tranquilidade às crianças — “Essa creche foi criada por nós e, se não houver possibilidade de contratarmos a Cobrasa, cuidaremos pessoalmente de fazer a comida de nossos filhos”.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DE SÃO PAULO*Data: *28/05/53*Pág. *1*

Pasta n.º

N.º do recorte

Mães de 3 bairros pedem mais creches

Uma comissão de mães dos bairros da Barra Funda, Bom Retiro e Santa Cecília está pleiteando à Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (Fabes) a construção de uma creche que atenda crianças até 6 anos ou a reforma de um casarão que pertence ao INPS e que está sendo utilizado como depósito. O casarão fica na rua São Vicente de Paula, 334. Caso a Prefeitura resolva construir a creche, as mães sugerem a utilização de um terreno do INPS situado na esquina da rua Tomás Edson com Olímpia de Almeida Prado. Segundo elas, o casarão e o terreno são áreas públicas que estão praticamente abandonadas há muitos anos. *FIMP 21/5/53*

As mães pedem ainda que sejam contratados imediatamente 15 funcionários para a Creche Municipal do Bom Retiro, o que possibilitará o atendimento de mais 60 crianças. Lembram elas que esses bairros têm muitas moradias coletivas e é grande o número de mães que precisa trabalhar e não tem onde deixar os filhos.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha São Paulo*Data: *28/05/83*Pág. *--*

Pasta n.º

N.º do recorte

**Centro acadêmico coleta
remédios para creche**

Os alunos da Escola Superior de Administração de Negócios (Esan) estão promovendo campanha para angariar alimentos e remédios a serem doados ao Centro de Serviço Social e Promocional "Perseverança", da rua Bruna, 53, Vila Santa Clara, Alto da Mooca.

F/UP 28/5/83
Os medicamentos de que a entidade mais necessita são o "Dapta 12" e o "Aditil". As colaborações podem ser enviadas ao próprio Centro ou ao Diretório Acadêmico Morvan Dias Figueiredo, da Esan, à rua São Joaquim, 180, Liberdade. Informações pelo tel. 271-8314.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal:

Data:

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Creches recebem 9 mi

F140 29/5/83
A campanha de "adoção" de creches por parte de empresas e bancos, organizada pela Legião Brasileira de Assistência, LBA, está em pleno desenvolvimento, segundo informou a presidenta do órgão, Léa Leal, explicando que seu objetivo é aumentar o número de vagas para crianças carentes. Esta semana a LBA liberou, também, Cr\$ 9,3 milhões em parcelas de convênios com onze entidades de diversas cidades paulistas, destinadas principalmente a creches. Serão atendidas, por esses recursos, 920 pessoas, das quais 645 são crianças.